IPPOLITO
ADVOGADOS

COMITÊ FISCAL

PAUTA DE ASSUNTOS – NOVEMBRO 2019

ICMS **2**

LEGISLAÇÃO 2

JURISPRUDÊNCIA 4

IR E CSLL **5**

LEGISLAÇÃO 5

JURISPRUDÊNCIA 5

PIS E COFINS **7**

JURISPRUDÊNCIA 7

DIVERSOS **9**

LEGISLAÇÃO 9

Jurisprudência 9

Rua Álvaro Anes, 56 - 12º andar – Cep. 05421010 - São Paulo - SP - Tel.: (5511) 3568 3100 - Fax (5511) 3568-3101
ippolito@ippolitolaw.com.br - www.ippolitolaw.com.br

ICMS

LEGISLAÇÃO

1. ES - LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2017 E CONVÊNIO ICMS Nº 190/2017 - ATOS NORMATIVOS INSTITUIDORES DE ISENÇÕES, DE INCENTIVOS E DE BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS, EM DESACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AUTORIZAÇÃO PARA O REGISTRO E DEPÓSITO DE ATOS CONCESSIVOS VIGENTES EM 08 DE AGOSTO DE 2017 E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
   - **Resolução CONFAZ nº 32, de 30 de outubro de 2019 (DOU 01.11.19).**

2. PA - LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2017 E CONVÊNIO ICMS Nº 190/2017 - ATOS NORMATIVOS INSTITUIDORES DE ISENÇÕES, DE INCENTIVOS E DE BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS, EM DESACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AUTORIZAÇÃO PARA A PUBLICAÇÃO, REGISTRO E DEPÓSITO DE ATOS NORMATIVOS E ATOS CONCESSIVOS VIGENTES EM 08 DE AGOSTO DE 2017 E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
   - **Resolução CONFAZ nº 33, de 30 de outubro de 2019 (DOU 01.11.19).**

3. DF E RN – LEI COMPLEMENTAR Nº 160/2017 E CONVÊNIO ICMS Nº 190/2017 - ATOS NORMATIVOS INSTITUIDORES DE ISENÇÕES, DE INCENTIVOS E DE BENEFÍCIOS FISCAIS OU FINANCEIRO-FISCAIS, EM DESACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL - AUTORIZAÇÃO PARA O REGISTRO E DEPÓSITO DE ATOS NORMATIVOS E ATOS CONCESSIVOS VIGENTES EM 08 DE AGOSTO DE 2017 E RESPECTIVA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA
   - **Resolução CONFAZ nº 34, de 30 de outubro de 2019 (DOU 01.11.19).**

4. SP - SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO E COM OUTROS PRODUTOS – MARGENS DE VALOR AGREGADO DE QUE TRATAM AS TABELAS ANEXAS AO ATO COTEPE/ICMS Nº 42/2013 – DIVULGAÇÃO
   - **Ato COTEPE/MVA nº 21, de 08 de novembro de 2019 (DOU 11.11.19)**
   - **Ato COTEPE/MVA nº 22, de 25 de novembro de 2019 (DOU 26.11.19)**

5. SUBSTITUIÇÃO TRIBUTÁRIA - OPERAÇÕES COM COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES, DERIVADOS OU NÃO DE PETRÓLEO E COM OUTROS PRODUTOS – FORMA DE

DIVULGAÇÃO DOS PERCENTUAIS DE MARGENS DE VALOR AGREGADO A QUE SE REFERE O CONVÊNIO ICMS Nº 110/07

- **Ato COTEPE/ICMS nº 61, de 20 de novembro de 2019 (DOU 27.11.19)**

6. PUBLICAÇÃO DO MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO LEIAUTE DA EFD (NT Nº 2019.001 V1.0) E DO GUIA PRÁTICO DA ESCRITURAÇÃO FISCAL DIGITAL VERSÃO 3.0.3

- **Ato COTEPE/ICMS nº 65, de 20 de novembro de 2019 (DOU 27.11.19)**

7. NF-E E NFC-E - ALTERAÇÕES E INCLUSÕES DE CFOP COM AS RESPECTIVAS NOTAS EXPLICATIVAS

- **Publicação da Nota Técnica 2017.002 – Versão 1.30**

8. NF-E E NFC-E - DIVULGAÇÃO DA NOVA TABELA DE NCM E RESPECTIVAS MEDIDAS TRIBUTÁVEIS NO COMÉRCIO EXTERIOR (UTRIB)

- **Publicação da Nota Técnica 2016.003 – Versão 1.60**

9. MG – REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS DECORRENTES DE OPERAÇÕES PARA AS QUAIS TENHAM SIDO CONCEDIDOS BENEFÍCIOS EM DESACORDO COM A CONSTITUIÇÃO FEDERAL E COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 24/ 1975 – PROCEDIMENTOS

- **Decreto nº 47.762, de 20 de novembro de 2019 (DOE-MG 21.11.19)**

10. MT – ANISTIA E REMISSÃO DE CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS VINCULADOS A BENEFÍCIOS FISCAIS – REVOGAÇÃO E REINSTITUIÇÃO DE INVENTIVOS FISCAIS – ALTERAÇÕES

- **Lei Complementar nº 642, de 28 de novembro de 2019 (DOE-MT 28.11.19)**

11. MT – PROGRAMA DE PARCELAMENTO DE DÍVIDAS – REGULARIZE – ALTERAÇÃO DE DISPOSIÇÕES RELATIVAS AO PARCELAMENTO DA TAXA DE REGULAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E CONTROLE

- **Lei nº 10.933, de 05 de novembro de 2019 (DOE-MT 06.11.19)**

12. MT – BENEFÍCIOS FISCAIS – PLANO DE DESENVOLVIMENTO DE MATO GROSSO – REGULAMENTAÇÃO

- **Decreto nº 288, de 05 de novembro de 2019 (DOE-MT 06.11.19)**

13. MT – BENEFÍCIOS FISCAIS – REGULAMENTO PROCEDIMENTO PARA CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA, BEM COMO AS CONTRAPARTIDAS PREVISTAS NA LEGISLAÇÃO NOS ATOS CONCESSIVOS DE BENEFÍCIOS FISCAIS VINCULADOS AO PLANO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO

- **Decreto nº 307, de 28 de novembro de 2019 (DOE-MT 29.11.19)**

14. RS – Operações com Energia Elétrica, Telecomunicações, Transporte de Cargas e Outras – Isenção e Redução de Base de Cálculo

- **Decreto nº 54.850, de 1º de novembro de 2019 (DOE-RS 04.11.19)**

15. RS – Substituição Tributária de ICMS – Aplicação da MVA ST Não Ajustada Quando a Alíquota Interna for Inferior à Alíquota Interestadual e nas Operações com Contribuinte Substituto Optante pelo Simples Nacional

- **Decreto nº 54.849, de 1º de novembro de 2019 (DOE-RS 04.11.19)**

16. RS – Programa de Parcelamento de Dívidas – Programa REFAZ – Regulamentação

- **Decreto nº 54.853, de 05 de novembro de 2019 (DOE-RS 05.11.19)**
- **Decreto nº 54.876, de 21 de novembro de 2019 (DOE-RS 22.11.19)**
- **Instrução Normativa RE nº 25, de novembro de 2019 (DOE-RS nº 25.11.2019)**

17. SP – Substituição Tributária – Lista de Mercadorias Sujeitas ao Regime – Divulgação por Meio de Ato Normativo de Competência do Coordenador da Administração Tributária (CAT) – Alterações Promovidas no RICMS/SP

- **Decreto nº 64.552, de 31 de outubro de 2019 (DOE-SP 01.11.19)**

18. SP - Programa Especial de Parcelamento (PEP do ICMS) – Instituição

- **Decreto nº 64.564, de 05 de novembro de 2019 (DOE-SP 06.11.19)**
- **Resolução Conjunta SFP/PGE nº 04, de 06 de novembro de 2019 (DOE-SP 07.11.19)**

<u>Jurisprudência</u>

19. SP – Cancelamento de Nota Fiscal Eletrônica Antes do Início do Procedimento de Fiscalização – Configuração de Denúncia Espontânea

- **Decisão Normativa CAT nº 05 de 06 de novembro de 2011 (DOE 07.11.19)**

IR E CSLL

LEGISLAÇÃO

1. IRRF – GASTOS PESSOAIS NO EXTERIOR – PRORROGAÇÃO ATÉ 2024 DE REDUÇÃO DE ALÍQUOTAS
   - **Medida Provisória nº 907, de 26 de novembro de 2019 (DOU 27.11.19)**

2. DIRF 2020, RELATIVA AO ANO-CALENDÁRIO DE 2019 – FORMA E PRAZOS
   - **Instrução Normativa RFB nº 1.915, de 28 de novembro de 2019 (DOU 28.11.19)**

JURISPRUDÊNCIA

3. MULTAS FISCAIS – INDEDUTIBILIDADE PARA A CSLL
   - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. INCORPORAÇÃO ÀS AVESSAS – GLOSA DE PREJUÍZO FISCAL – PRÁTICA DE "PAPÉIS TROCADOS", QUANDO A INCORPORADORA ASSUME O PAPEL DA INCORPORADA, INCLUSIVE A ASSUNÇÃO DE DENOMINAÇÃO SOCIAL
   - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. PERDAS NO RECEBIMENTO DE CRÉDITOS – RECONHECIMENTO EM MOMENTO POSTERIOR – POSSIBILIDADE DESDE QUE NÃO PRODUZA EFEITO FISCAL DIVERSO DAQUELE QUE SERIA PRODUZIDO NO PERÍODO CORRETO
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL COM BENS EM VALOR SUPERIOR AO CONSTANTE DA DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS – INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. RATEIO DE DESPESAS – COMPROVAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO DESTACADA DE TODOS OS ATOS DIRETAMENTE RELACIONADOS AO RATEIO, BEM COMO DEMONSTRADA A EXISTÊNCIA DE CRITÉRIOS RAZOÁVEIS E OBJETIVOS – DEDUTIBILIDADE
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. RETENÇÃO NA FONTE – OBRIGATORIEDADE DE INCLUSÃO DE BENEFICIÁRIO NA DIRF – NECESSIDADE DE INFORMAÇÃO DE TODOS OS RENDIMENTOS PAGOS NO PERÍODO DE REFERÊNCIA

- **Solução de Consulta nº 285, de 01 de outubro de 2019 (DOU 07.11.19)**

PIS E COFINS

JURISPRUDÊNCIA

1. VARIAÇÃO MONETÁRIA DE DEPÓSITO JUDICIAL – NÃO INCIDÊNCIA QUANDO AINDA NÃO LIBERADO PELO PODER JUDICIÁRIO
    - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

2. FRETE NA TRANSFERÊNCIA DE PRODUTOS ACABADOS – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
    - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

3. GASTOS COM UNIFORMES UTILIZADOS NO AMBIENTE DE PRODUÇÃO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
    - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. AQUISIÇÃO DE AR-CONDICIONADO, EQUIPAMENTOS DE VENTILAÇÃO, EQUIPAMENTOS DE LIMPEZA, FERRAMENTAS E ILUMINAÇÃO UTILIZADOS NO AMBIENTE DE PRODUÇÃO – POSSIBILIDADE DE APROPRIAÇÃO DE CRÉDITOS DA NÃO-CUMULATIVIDADE
    - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. AQUISIÇÕES DE MERCADORIAS COM FIM ESPECÍFICO DE EXPORTAÇÃO – IMPOSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
    - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

6. FRETES DE PRODUTOS ACABADOS ENTRE ESTABELECIMENTOS DO MESMO CONTRIBUINTE – IMPOSSIBILIDADE DE APURAÇÃO DE CRÉDITOS – FRETES NA AQUISIÇÃO DE PRODUTOS SUJEITOS À ALÍQUOTA ZERO – POSSIBLIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS
    - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. EXCLUSÃO DO ICMS DESTACADO NOS DOCUMENTOS FISCAIS – POSSIBILIDADE – AFASTAMENTO DA INSTRUÇÃO NORMATIVA RFB Nº 1.911/19 E DA SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 13/2018
    - **Precedente da Justiça Federal de São Paulo**

8. DESPESAS COM MANUTENÇÃO DE TRATORES, CARREGADEIRAS, DESCARREGADEIRAS E EMPILHADEIRAS – UTILIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DOS PRODUTOS, EXPEDIÇÃO E CARREGAMENTO DE ENTREGAS – POSSIBILIDADE DE APROVEITAMENTO DE CRÉDITOS

- **Precedente da Justiça Federal do Rio Grande do Sul**

9. DESPESAS ADUANEIRAS – COMPOSIÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS IMPORTADAS – POSSIBILIDADE DE DESCONTO DE CRÉDITOS

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. CRÉDITOS EXTEMPORÂNEOS – FALTA DE RETIFICAÇÃO DO DACON – IMPOSSIBILIDADE

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. EXERCÍCIO DA ATIVIDADE EMPRESARIAL DE LOCAÇÃO – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO NO REGIME CUMULATIVO, AINDA QUE NÃO FORMALIZADO NO CONTRATO SOCIAL

- **Solução de Consulta nº 4.039, de 20 de novembro de 2019 (DOU 22.11.2019)**

12. INDENIZAÇÃO PARA REPARAÇÃO DE DANO PATRIMONIAL – INCLUSÃO NA BASE DE CÁLCULO NO REGIME NÃO-CUMULATIVO

- **Solução de Consulta nº 7.064, de 21 de outubro de 2019 (DOU 21.11.2019)**

DIVERSOS

LEGISLAÇÃO

1. TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA - REGULAMENTAÇÃO
   - **Portaria PGFN nº 11.956, de 16 de outubro de 2019 (DOU 27.11.19)**

JURISPRUDÊNCIA

2. UTILIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA TRIBUTÁRIA DA ÉPOCA DO FATO GERADOR – LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO
   - **Precedente do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro**

3. COMPENSAÇÃO – CARACTERIZAÇÃO DE DENÚNCIA ESPONTÂNEA – IMPOSSIBILIDADE
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

4. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – CONCESSÃO DE BOLSA DE ESTUDO AOS DEPENDENTES DO SEGURADO – INCIDÊNCIA
   - **Precedente da Câmara Superior do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

5. VENDA DE BENS DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA EM REGIME DE ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA ESPECIAL COM AUTORIZAÇÃO DO BANCO CENTRAL – NÃO CONFIGURAÇÃO DE SUCESSÃO
   - **Precedente do Superior Tribunal de Justiça**

6. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – INSTITUIÇÃO DO PROGRAMA APÓS O INÍCIO DO PERÍODO DE AFERIÇÃO – INCIDÊNCIA
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

7. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA – PLR – PAGAMENTO EM DESCONFORMIDADE COM A LEI Nº 10.101/00 – INCIDÊNCIA
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

8. PRAZO DE GUARDA DOS DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À COMPROVAÇÃO DO CRÉDITO É O MESMO QUE A ADMINISTRAÇÃO DISPÕE PARA A HOMOLOGAÇÃO OU NÃO DA COMPENSAÇÃO
   - **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

9. Pedido de Sobrestamento do Processo Para Conferir Prazo Suficiente à Produção de Provas – Impossibilidade

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

10. Contribuição Previdenciária – Bônus de Contratação – Não Incidência

- **Precedente do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais**

11. Reunião de Processos Para Julgamento Conjunto ou Suspensão de Processos em Razão de Prejudicialidade Externa – Utilização Subsidiária da Legislação Processual Civil – Possibilidade

- **Solução de Consulta Interna nº 08, de 14 de novembro de 2019 (Boletim de Serviço da RFB)**